

Dívida: mitos e realidade

Mailson da Nóbrega *

Poucos assuntos se prestaram tanto à discussão nos últimos anos quanto a dívida externa. Analistas de diversas correntes de opinião procuraram apontar erros e propor saídas muitas vezes simplistas para questão tão complexa. Visões ingênuas se misturaram a posições sensatas. O viés ideológico influenciou grande parte do debate.

Nesse terreno, houve até quem pensasse que o Brasil — sozinho ou associado a dois ou três grandes devedores da América Latina — seria capaz de quebrar o sistema financeiro internacional e levar à bancarrota a economia dos países industrializados sem nada sofrer em troca. Ataques desprovidos de fundamento e referências desairosas atingiram os que conduziram as negociações sem seguir a cartilha da confrontação.

A desinformação criou vários mitos em torno da dívida externa. Cinco deles merecem citação:

☐ A dívida externa é o grande problema do Brasil. Basta resolvê-lo e voltaremos a crescer;

☐ A dívida é ilegítima. Deve, por isso ser cancelada;

☐ Os juros devem ser pagos pela cotação de mercado da dívida. É justo e seria aceito pelos credores;

☐ A saída é um ato unilateral do Brasil, reduzindo a dívida a um determinado valor. As elites do país estariam preparadas para apoiar essa posição insana que nos isolaria da comunidade internacional;

☐ O Brasil suspendeu o pagamento dos juros devidos aos bancos com o objetivo de desvalorizar a dívida e permitir que empresas estatais e multinacionais a comprassem com grandes descontos.

Creio valer a pena comentar o primeiro desses mitos, já que os outros se destroem por si mesmos, tão frágeis os argumentos que os sustentam. Se a dívida externa fosse de fato o maior problema do Brasil, a economia deveria dar mostras de recuperação desde o segundo semestre do ano passado, quando a necessidade de proteger um nível mínimo de reservas internacionais nos levou à suspensão do pagamento dos juros aos bancos. A Argentina, que levou mais de dois anos sem pagar; e o Peru, que não despende um centavo desde de 1985, estariam exibindo baixos níveis de inflação e elevadas taxas de crescimento econômico.

Na verdade, a dívida externa é apenas um dos desequilíbrios básicos da economia brasileira. O déficit público mal financiado, o exagero da intervenção do Estado na vida das empresas e dos cidadãos, a proteção excessiva a determinados segmentos da indústria, a rigidez orçamentária agravada pela nova Constituição, o corporativismo que contamina as empresas estatais, o cartorialismo empresarial, a crise do ensino e as desigualdades sociais e regionais são tão graves ou piores que a dívida externa.

A dívida externa de médio prazo do Brasil, de US\$ 99 bilhões em dezembro de 1989, é inferior a 30% do PIB, a menor relação entre os grandes devedores da América Latina

(Chile 80%, Argentina 51%, México 50%, Venezuela 50% e Peru 35%).

A experiência recente mostra, com os exemplos do Chile e do México, que as reformas internas são mais importantes para recuperar o dinamismo da economia do que atitudes inconsequentes na área da dívida externa. A continuidade de uma ação modernizante, como ocorre com o governo democrático do Chile, é outro ingrediente fundamental.

Desde 1982, quando eclodiu a crise da dívida com os bancos, o próprio mercado vem construindo o verdadeiro instrumento para a solução desse problema: a constituição de provisões por aqueles credores, em volume capaz de permitir-lhes enfrentar as perdas decorrentes de um processo de redução da dívida. Grande parte dos bancos já conta com provisões superiores a 50% de seus créditos, e vários já se aproximam dos 100%. Nos últimos dois anos, com apoio das instituições multilaterais e dos governos de países industrializados, consolidou-se a idéia de que o problema da dívida não é de prazo, nem de novos recursos dos bancos, mas de tamanho.

Outra evolução importante foi a aceitação de que os recursos do FMI e do Banco Mundial poderiam ser utilizados para viabilizar esquemas de redução da dívida. Afora isso, o FMI passou a admitir acordos com os países devedores, mesmo que estes não tivessem concluído negociações com os bancos ou não estivessem em dia com os pagamentos de juros, como foi o caso da Argentina (1987), Costa Rica e Brasil (1988) e Venezuela (1989).

Conversão da dívida em investimentos, recompra direta ou indireta da dívida e engenhosas operações montadas por vários bancos respondem por substancial redução da dívida no Chile, México e Brasil. A utilização da dívida em programas de privatização (já realizada com êxito por Chile, México e Argentina) passou a constituir poderoso instrumento de redução, sem os inconvenientes da expansão monetária provocada por outros mecanismos.

Uma característica das negociações da dívida externa nos últimos oito anos tem sido a de que cada acordo é melhor do que o anterior. Outra característica é a de que mais do que retórica triunfalista, o confronto irresponsável ou o nacionalismo tacanho, um coerente programa econômico é o melhor instrumento de barganha para a negociação da dívida externa.

O Brasil está diante de uma excelente condição para obter uma solução duradoura para sua dívida com os bancos, na medida em que souber explorar as oportunidades que o mercado oferece para a redução do seu montante e tirar partido de seu programa de estabilização econômica e de reformas estruturais.

A realidade é que a solução está à vista. Os mitos servirão apenas para ilustrar a crônica deste conturbado período da vida nacional.